



Índice

- 01** [Justiça obriga União demarcar área habitada por índios isolados em MT](#)
- 02** [Audiência busca solução para impasse entre índios e produtores em Palmeira](#)
- 03** [Audiência debate atuação da Embrapa em demarcação de terras indígenas](#)
- 04** [Incrá e órgãos governamentais se unem para solucionar questões referentes a territórios indígenas na Bahia](#)
- 05** [Hidrelétricas e questões indígenas estão em pauta](#)
- 06** [Fogo toma conta de terra indígena no Araguaia](#)
- 07** [Segmentos propõem fundo para indígenas](#)
- 08** [Eventos reúnem 400 indígenas da Amazônia Legal em MT](#)
- 09** [Norte Energia se recusa a obedecer condicionante indígena](#)
- 10** [Professor indígena de Caarapó é o primeiro a tomar posse como concursado na UFGD](#)

Justiça obriga União demarcar área habitada por índios isolados em MT

SÍTIO BARRA 1, 16.08.2013



União e a Funai (Fundação Nacional do índio) terão que concluir a demarcação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, em Colniza, onde vive um grupo de índios isolados, conforme decisão da Justiça Federal de Mato Grosso.

O prazo para entrega do cronograma de trabalho dos atos administrativos feitos e os que serão realizados para conclusão da demarcação, é de 30 dias. A Justiça acolheu a ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), sendo as determinações datadas de 24 de julho deste ano.

Em trecho da decisão, a juíza Vanessa Perenha Gasques afirma que “Entendo que os prazos para a conclusão do processo estão há muito superados, revelando-se injustificada a demora da administração pública em ultimar o processo demarcatório”. A magistrada complementa também que “Por ser ato de competência do Poder Executivo, o qual submete-se aos prazos do Decreto n. 1.775/1996, tenho que a inércia do poder público em dar prosseguimento ao processo de demarcação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo fere os princípios da administração pública, sem falar que atenta contra a dignidade da pessoa humana. Necessário se ressaltar que a possível situação dos índios isolados requer especial atenção do Estado, portanto, não podem ficar à mercê da boa vontade do administrador”.

Consta que a terra Kawahiva do Rio Pardo situa-se na margem esquerda do rio Aripuanã, na divisa com o Estado do Amazonas. Um grupo indígena autônomo, sem relações diretas com a sociedade nacional vive na área. Conforme o MPF, o grupo sofre ameaças de madeireiros que atuam na região.

Em 2007, a Funai aprovou e publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, com superfície de 411.848 hectares. Publicou também a Portaria nº 170/2007 de restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas que não fossem da Funai no local.

Restam ser concluídas as fases finais do processo de demarcação, que consistem em portaria declaratória, demarcação física e homologação da terra indígena.



Audiência busca solução para impasse entre índios e produtores em Palmeira
SÍTIO GAZETAWEB, 15.08.2013

Em encontro intermediado por Fernando Collor, presidente da Funai se compromete em retirar técnicos que fazem levantamento na região

O impasse que se estabeleceu no município de Palmeira dos Índios, envolvendo comunidades indígenas e produtores rurais (proprietários de terras envolvidas no processo de demarcação a favor dos índios), começa a abrir caminhos para a construção de uma solução pacífica. Numa audiência intermediada pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), na manhã desta quinta-feira, em Brasília, a presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, se comprometeu em retirar da região os técnicos que estão realizando o levantamento dos benefícios nessas propriedades, para fins de indenização.

A ideia da retirada dos técnicos é favorecer o diálogo entre as partes e minimizar o clima de tensão.

Na audiência, ocorrida no gabinete do senador Collor, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios, José Maria Melo da Costa, que também representou o presidente da Federação da Agricultura em Alagoas, Álvaro Almeida, informou que o processo administrativo aberto pela Funai, para demarcação de terras em favor das comunidades indígenas, gerou um clima de conflito que envolve cerca de 20 mil pessoas, entre índios, trabalhadores rurais, proprietários e respectivos familiares.

Disse, também, que 90% das propriedades envolvidas no processo têm extensão abaixo de 30 hectares, pertencentes a pequenos agricultores que produzem e abastecem a região com hortifruti e outras lavouras de subsistência. "Temos, em Palmeira dos Índios, uma espécie de reforma agrária natural, envolvendo essas terras, que estão, em sua maioria, nas mãos de pequenos agricultores. São terras que passaram de pais para filhos, são produtivas, sustentam milhares de famílias e movimentam a economia local", destaca José Maria, que foi acompanhado, também, pelo produtor rural Ricardo Vitória e pela advogada Alda Freire, representando a Confederação Nacional da Agricultura.

Os produtores acreditam que a retirada dos técnicos que fazem levantamentos na região vai contribuir para amenizar o clima - que vinha avançando para uma situação de conflito - pelo menos até a realização de uma mesa redonda que está programada para as próximas semanas, em Palmeira dos Índios, (a data ainda não foi definida), com a participação de todos os lados envolvidos no impasse, mais a diocese local da igreja católica, além do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, da presidenta da Funai e do senador Fernando Collor, que já confirmaram presença.

CONT.



"Acho que o resultado desta audiência restabelece um ambiente onde é possível dialogar; abre um processo de busca de solução pacífica, que é necessária e urgente, para esse impasse. Antes de mais nada, é preciso pacificar", destacou o senador Fernando Collor, que há meses vem acompanhando o processo e advogando a construção do entendimento entre as partes. Em maio passado, ele participou de uma audiência pública sobre o problema, organizada pelos produtores rurais de Palmeira dos Índios.

MESA REDONDA

Alertado sobre a situação, o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, confirmou na última terça-feira, ao senador Collor, que virá a Palmeira dos Índios, para participar de uma mesa redonda com as partes envolvidas na polêmica discussão sobre a demarcação de terras em favor de comunidades indígenas. Segundo o senador, esse encontro será mais um passo importante para reforçar a tese do entendimento e da pacificação da população palmeirense em relação a essa polêmica.



Audiência debate atuação da Embrapa em demarcação de terras indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 15.08.2013

A Comissão de Legislação Participativa e o grupo de trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas realizam hoje audiência pública para discutir a suspensão da demarcação de terras indígenas no Paraná, motivada por laudo da Embrapa. O debate será realizado às 9h30, no Plenário 3.

O relatório da Embrapa questionou dados usados pela Funai em estudos para a demarcação de terras nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Segundo o documento, não existem índios em pelo menos quatro áreas indicadas pela Funai como território indígena. A Embrapa também informou à Casa Civil da Presidência da República que índios vindos do Paraguai estariam ocupando terras no Paraná, em busca de demarcação de território próprio.

As informações da Embrapa ajudaram a embasar a decisão do governo de mudar as regras de demarcação de terras indígenas. Agora, por decisão do Planalto, serão abertas consultas à Embrapa, ao Incra e a outras áreas do governo antes da definição dos decretos de demarcação de áreas indígenas, que antes ficavam a cargo exclusivo da Funai.

Foram convidados para o debate:

- a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann;
- o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes;
- a presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati;
- um representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib);
- o professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Levi Pereira; e
- o professor da UnB Ricardo Verdun.

Fonte: Agência Câmara Notícias



Incrá e órgãos governamentais se unem para solucionar questões referentes a territórios indígenas na Bahia

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 15.08.2013

Durante reunião realizada na manhã desta quarta-feira (14), na sede do Incra, em Brasília (DF), integrantes de comunidades indígenas da Bahia e representantes do Incra, da Funai, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República assinaram um termo de acordo que visa solucionar questões referentes aos territórios de Kay/Pequi e Barra Velha. Além de ações para identificar ocupações irregulares em assentamentos próximos às terras indígenas, foi abordada a necessidade de gestão compartilhada para esses territórios.

O presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, ressaltou que a questão agrária passa pelo reconhecimento dos povos indígenas. "Assumimos aqui o compromisso de retirar dos assentamentos as pessoas que não se enquadrem no perfil e, ainda, de não deixar que se ocupem novamente terras indígenas", enfatizou.

Guedes enumerou as ações que o Incra fará neste segundo semestre visando atender às reivindicações indígenas. A primeira delas será a revisão ocupacional para identificar irregularidades em assentamentos próximos às terras indígenas que possam estar ocasionando conflitos, além de promover a retomada dos lotes. A segunda medida diz respeito à republicação de editais para compra de imóveis rurais, realizando a realocação de ocupantes não indígenas que estejam dentro desses territórios.

O Incra manterá o diálogo com lideranças dos movimentos sociais para tentar minimizar os conflitos e reforçará junto ao Instituto da Terras da Bahia a necessidade de destinação de terras públicas para que se retirem as pessoas dos territórios, possibilitando, desta forma, a desintrusão nas terras indígenas.

Gestão compartilhada

Além do combate a ocupações irregulares e a necessidade da desintrusão, o cacique Aruá, Gerdion Santos de Nascimento, apontou como medida urgente a revisão dos limites indígenas e finalização do termo de gestão compartilhada com o ICMBio. Sobre o assunto, a representante da Funai, antropóloga Sara Braga i Gaia, afirmou que o estudo da terra indígena Kay/Pequi está em fase de finalização e será apresentado na reunião da Câmara de Conciliação que acontecerá no dia 11 de setembro, "quando prosseguiremos as discussões e o fechamento do Termo de Gestão Compartilhada", disse.

O presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio), Roberto Ricardo Vizentin, garantiu que todos os esforços estão sendo feitos no sentido de sanar as questões dos indígenas. "As terras são dos índios, mas há órgãos para cuidar delas. A nossa dívida com os povos indígenas até hoje não foi paga e temos essa chance agora, com tantos órgãos envolvidos, de solucioná-la", afirmou, ao acrescentar que tudo o que for feito nesse sentido



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2013

Brasília, 16 de agosto de 2013.

será compartilhado com as comunidades.

Também presente na reunião, o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, salientou a importância dessa articulação conjunta dos órgãos em prol da solução desses problemas. "A questão indígena tem o compromisso do Governo Federal para solucioná-la", afirmou.

Ao final do encontro, o presidente do Incra anunciou o compromisso de reunir-se, em até dez dias, com os superintendentes da autarquia na Bahia e no Médio São Francisco para discutir um plano de ação voltado aos assentamentos próximos às terras indígenas. O objetivo é fazer um diagnóstico a ser apresentado posteriormente às lideranças indígena

Fonte: Incra



Hidrelétricas e questões indígenas estão em pauta

SÍTIO TERRA DA GENTE, 15.08.2013

Duas câmaras técnicas são criadas para debater a solução de problemas enfrentados em Unidades de Conservação

Duas câmaras técnicas acabam de ser criadas pelo Conselho Consultivo do Mosaico da Amazônia Meridional (MAM). São as câmaras da Gestão e Comunicação e a da Consolidação Territorial. Elas vão reunir dados, informações e construir argumentos em torno de problemas enfrentados nas Unidades de Conservação (UCs) pertencentes ao Mosaico.

O MAM, órgão colegiado que reúne mais de 20 instituições dos Estados do Amazonas, Roraima e Mato Grosso, visa a conservação de mais de 7 milhões de hectares em Unidades de Conservação. O objetivo é que o resultado desses debates nas câmaras possam subsidiar manifestações públicas dos conselheiros, como posicionamentos, notas de desagravo, moções e solicitações.

A primeira câmara técnica, dedicada à Gestão e Comunicação, deve trabalhar a estruturação de projetos que possam trazer recursos para permitir o bom funcionamento do Mosaico. Já a segunda, vai tratar das questões de Consolidação Territorial e discutirá assuntos como a instalação de hidrelétricas na Amazônia Meridional e a entrada de Terras Indígenas no grupo de áreas protegidas integrantes do Mosaico.

De acordo com Izac Theobald, presidente do Conselho Consultivo, as câmaras técnicas são importantes, pois permitem o aprofundamento de certas discussões que já vêm ocorrendo entre os conselheiros. "Para que o Mosaico da Amazônia Meridional funcione melhor, precisamos, por exemplo, de mais recursos. E temos que discutir, com mais detalhes, como vamos levantar este recurso e que tipo de usos daremos a ele", explica.

Theobald ainda afirma que as câmaras permitem que os próprios conselheiros e as instituições que eles representam se articulem melhor no nível regional e possam se preparar para lidar com temas complexos que se fazem presentes na região.

"Estamos vivendo um momento político complicado no que se refere à conservação. Então as câmaras são locais onde poderemos nos reunir por temas, por regiões, afinidades e pensar em como lidar com certas questões que temos nesta área", reforça Theobald.

Mosaico da Amazônia Meridional

O Governo Federal reconheceu, em 25 de agosto de 2011, o Mosaico da Amazônia Meridional. Com uma extensão de 7 milhões de hectares e 40 unidades de conservação reunidas, ele

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2013

Brasília, 16 de agosto de 2013.

abrange áreas protegidas do Sul do Amazonas, Norte e Noroeste do Mato Grosso e Oeste de Rondônia.

Por meio do mosaico, os gerentes das unidades de conservação e órgãos públicos, como as secretarias estaduais de Meio Ambiente, em conjunto com o Governo Federal, devem partilhar recursos e efetuar planejamentos em conjunto para aperfeiçoar a gestão do território.

O propósito maior é evitar que as pressões ambientais, vindas principalmente do Estado do Mato Grosso e do Sudoeste do Pará, se propaguem para o Norte do Brasil. Entre as principais pressões estão aquelas causadas pela pecuária extensiva, exploração de madeira ilegal e o garimpo dentro de Unidades de Conservação, e pela presença mínima do poder público.

Integram o Mosaico da Amazônia Meridional, entre outras Unidades de Conservação, o Parque Nacional do Juruena; o Parque Nacional dos Campos Amazônicos; e as nove unidades localizadas no Sul do Amazonas que compõem o Mosaico do Apuí.

Confira a íntegra da matéria no [WWF-Brasil](#)



Fogo toma conta de terra indígena no Araguaia

SÍTIO ACHIXCLIP, 15.08.2013

A terra indígena Maraiwatsede, localizada no município de Alto Boa Vista (1019 km a Noroeste Cuiabá), tem sido alvo de inúmeros focos de incêndios de origem criminosa. Com uma área total de 165.000 hectares, estimativa-se que 31.000 hectares já formam queimados.

O Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo/Ibama) está combatendo o fogo com os brigadistas do Assentamento Bordolândia. A situação está difícil para o combate em virtude da ação criminosa de vândalos que estão ateando fogo em várias partes da Terra Indígena. Dados de satélites utilizados pelo Prevfogo, para monitorar os focos de calor na região, registram a maioria está localizada próxima das rodovias que cortam ou circundam a área indígena.

Segundo o coordenador estadual do Prevfogo, analista ambiental Cendi Ribas, desde janeiro foram detectados 888 focos de calor nas terras indígenas de Mato Grosso. "Nos últimos 30 dias, período proibitivo de queimadas, foram detectados 654 focos. Só na TI Maraiwatsede foram 120 focos."

O Corpo de Bombeiros do estado foi acionado e estará enviando uma equipe de Barra do Garças para ajudar os brigadistas no combate aos incêndios.

Forças policiais estão sendo solicitadas para identificar e prender os criminosos ambientais. Os danos para o meio ambiente são elevados, pois, além dos gases emitidos para a atmosfera, a biodiversidade da região será bastante comprometida com o fogo. Há, também, o risco do fogo perder o controle e atingir lavouras e propriedades fora da terra indígena.



Segmentos propõem fundo para indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 15.08.2013

Instituições ligadas à indústria da cana apresentaram ações para melhorar os entornos das usinas

A mesa redonda que discutiu a sustentabilidade e ética da sucroenergia, na segunda-feira, na Assembleia Legislativa, apresentou algumas propostas que deverão ser analisadas pelas instituições envolvidas, a maior parte referente à preocupação com a comunidade indígena, considerada a maior colaboradora da atividade. Também foram sugeridas criações de fundações nas universidades públicas para tratar da questão e participação de instituições de pesquisa no fornecimento de tecnologia para as comunidades indígenas. Instituições ligadas à indústria da cana-de-açúcar apresentaram melhorias e ações que proporcionam às comunidades estabelecidas nos entornos das usinas.

O mediador da mesa redonda, Vito Comar, do Instituto do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Imad), destacou a preocupação dos participantes do evento para com soluções que representem a vontade das comunidades envolvidas com o plantio, colheita e processamento da cana-de-açúcar, tanto nas cidades onde estão localizadas as usinas, quanto no campo e aldeias indígenas as áreas de plantio e colheita.

Segundo Comar, as universidades ainda não estão participando de ações junto às comunidades e deveriam identificar lideranças indígenas para a busca de um sentido comum de integração com os setores sucroenergéticos. "Há necessidade de projetos pilotos para se concretizar em condições de responsabilidade", afirmou.

O indígena Anastácio Peralta sugeriu que seja criado um fundo financeiro a com recursos das indústrias para auxiliar os povos indígenas em suas atividades de sobrevivência e na recuperação do meio ambiente, que seria administrado por um colegiado de parceiros, decidindo como resolver os problemas.

O deputado estadual Laerte Tetila (PT), concordou com a criação do fundo e defendeu a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na transferência de tecnologia – sementes, mudas e cultivo – de produtos importantes para a cultura indígena, como banana, mandioca e milho. "Sabemos que a Embrapa domina tecnologias nesses produtos e o que vemos nas aldeias e reservas, são bananas minguadas e lavouras que não produzem como deveriam", afirmou.

Ele também sugeriu a formação de equipes de apoio nas usinas para colaborar na recuperação de máquinas, tratores e implementos dos índios, muitas vezes parados por falta de uma peça, de combustível. "Sabemos que as usinas podem contribuir, com responsabilidade compartilhada", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2013

Brasília, 16 de agosto de 2013.

Representando a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Luís Alberto, ressaltou que a classe está aberta ao diálogo e concorda na soma de esforços com as comunidades indígenas para resolver os conflitos por terra.



Eventos reúnem 400 indígenas da Amazônia Legal em MT

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 15.08.2013

Fonte: Agência da Notícia com Mídia News

A aldeia Umutina (Barra do Bugres-MT) sediará, entre os dias 26 e 30 de agosto, dois importantes eventos para os povos indígenas da Amazônia legal: o I Encontro de Lideranças Indígenas de Mato Grosso e a 10ª Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Os eventos reunirão representantes dos nove estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

As iniciativas contam com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso, através da Superintendência de Assuntos Indígenas que é vinculada à Vice-Governadoria. A superintendente Janaina Oliveira explica que a ideia dos encontros surgiu durante eventos que antecederam a Rio +20, em 2012. "Durante um encontro em Manaus, a delegação de Mato Grosso começou a apontar a necessidade de uma instituição que os representassem, atuando nas mais diversas demandas", contou ela. Janaina ressalta também que, a partir dessa reivindicação, o vice-governador Chico Dalto recebeu a diretoria da Coiab e verificou a importância dos eventos decidindo então oferecer o apoio necessário para a realização.

O I Encontro das Lideranças Indígenas de Mato Grosso reunirá nos dias 26 e 27 representantes dos 42 povos indígenas mato-grossenses para debaterem a proposta de criação de uma instituição de representação dos povos do estado. Um dos pontos mais importantes do evento será a reunião de lideranças de todas as etnias do Estado de Mato Grosso, que terão a oportunidade de receber mais informações sobre a constituição de instituições que possam atuar em projetos e políticas públicas para os povos indígenas.

A programação é extensa e totalmente voltada para a compreensão das instituições e seu funcionamento, com palestras, leitura de Estatuto, Regimento Interno, explanações sobre o funcionamento fiscal, captação de recursos, atribuições e funções da instituição e planejamento de ações, encerrando com a eleição da mesa diretoria e do Conselho Fiscal.

Entre os dias 28 e 30 de agosto a Coiab realizará o encontro ordinário com a eleição da nova diretoria. A instituição é hoje a maior organização indígena do Brasil, com 75 organizações membros dos nove estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Até o momento são parceiros neste evento a Funai, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Operação Amazônia Nativa (Opan), Secretaria de Educação do Amazonas e a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) do Amazonas.



Norte Energia se recusa a obedecer condicionante indígena

SÍTIO BRASIL DE FATO, 15.08.2013

Apesar da licença obrigar que o empreendedor compre terras para abrigar os Juruna do Km 17, a empresa afirma que a obrigação não é sua

do MPF/PA

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Fundação Nacional do Índio que comunique oficialmente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) que a Norte Energia S.A está descumprindo a obrigação condicionante da obra de Belo Monte que trata da aquisição de terras para os índios Juruna do Km 17. A obrigação é consequência das condições impostas pela Licença de Instalação concedida para a obra, mas a Norte Energia enviou documento ao MPF afirmando que "não lhe cabe a responsabilidade pela aquisição de terras".

No documento, assinado por Arlindo Gomes Miranda, da assessoria jurídica da presidência da Norte Energia, é citado o exato trecho do parecer da Funai sobre Belo Monte que obriga a aquisição de terras. Diz o parecer, listando ações que deveriam ser concretizadas em favor dos Juruna do Km 17 antes de qualquer obra da usina: "aquisição de terras pelo empreendedor, assim como a adequação dos serviços de saúde também seriam ações a serem efetivamente implementadas antes da instalação do empreendimento". Mesmo assim, o assessor chega à conclusão de que a aquisição de áreas não é obrigação do empreendedor.

O mesmo parecer diz que cabe ao estado a regularização fundiária da Terra Indígena Juruna do Km 17. Para o MPF, o parecer apenas repisa a previsão legal para a regularização fundiária. Mas obriga expressamente a compra de mais terras para os indígenas, para afastá-los dos impactos diretos do trânsito na rodovia, causados pela obra de Belo Monte. "Não adquirida a área pelo empreendedor, devem ser impostas as consequências do descumprimento da condicionante, na proporção do prejuízo acarretado à comunidade envolvida", diz a recomendação do MPF à Funai.

É necessário que a Funai comunique oficialmente ao Ibama o descumprimento da condicionante, para que o órgão licenciador possa tomar as providências necessárias para proteger os direitos das populações impactadas por Belo Monte. Para o MPF, é preocupante que a Norte Energia se negue a cumprir obrigação imposta pelo Ibama. "Se a empresa discorda da obrigação, poderia recorrer formalmente contra isso nas instâncias administrativas, jamais se recusar como se tivesse a palavra soberana no licenciamento e não o Ibama.

Os índios Juruna do Km 17 estão entre as populações indígenas mais direta e drasticamente afetadas por Belo Monte. Eles são conhecidos assim por morarem no km 17 da rodovia que liga Altamira à Vitória do Xingu e nunca tiveram seu território reconhecido. Por isso mesmo,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 147 / 2013

Brasília, 16 de agosto de 2013.

tiveram atenção especial no licenciamento da usina. A Fundação Nacional do Índio determinou, como condições para que a obra fosse considerada viável, a demarcação do território e também a aquisição de novas terras para eles. Como vivem na margem da rodovia e estão sendo duramente prejudicados pelo aumento de tráfego que a obra provoca, o aumento do território é necessário para realocar as casas que ficam próximas da estrada.



Professor indígena de Caarapó é o primeiro a tomar posse como concursado na UFGD
SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 16.08.2013

Exemplo de vida, superação, perseverança, orgulho, são algumas das muitas palavras que mais combinam nesse momento com o indígena, Eliel Benites (34). É que o mesmo no último dia 26, tomou posse como professor do quadro efetivo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O representante da Aldeia Te'ýikue passou no concurso de professores na UFGD, ocorrido no primeiro semestre deste ano. Sendo assim o primeiro professor Guarani/Kaiowá a conseguir tamanha façanha.

De acordo com a professora Anari Nantes, o professor Eliel Benites, nasceu na Aldeia Te'ýikue e como toda criança indígena teve uma infância muito simples e cheia de desafios. Sendo que o primeiro enfrentado foi o de ser alfabetizado na Língua Portuguesa, quando tinha o guarani como língua materna. O segundo foi vir estudar na escola da cidade a partir da 5ª série, quando tinha que levantar todos os dias às 4h da manhã. No inverno e dias de chuva a situação ficava ainda pior.

"No ano de 1997, com o início da administração do prefeito Guaracy Boschigla, a educação de Caarapó tomou novos rumos. E na Aldeia Te'ýikue não foi diferente, pois a professora Teresinha Batista, secretária de Educação na época, diante da triste estatística das escolas da aldeia fez um profundo diagnóstico para entender melhor as causas dos altos índices de reprovação e abandono escolar. Foi nesse momento que tomou conhecimento da Legislação Específica da Educação Escolar Indígena. A partir daquele ano, deu início ao processo de implantação da Educação Escolar Indígena, bilíngüe, específica, diferenciada, intercultural e comunitária, garantida na legislação", explicou Anari.

Anari disse ainda que o professor Eliel foi um dos professores indígenas que deu início a esse trabalho. "O mesmo sempre demonstrou firmeza e confiança na caminhada, sendo incansável na busca de conhecimento e no diálogo constante entre a sua comunidade, órgãos públicos e parceiros que foram sendo agregados ao longo do processo. Sua formação em serviço permitiu-lhe desenvolver grande liderança, pois a necessidade de organizar os professores indígenas em torno de uma luta comum na região abriu espaço para muitos encontros, reuniões e espaços de estudos, debates, troca de experiências e reivindicações na busca de garantir direitos específicos a população indígena", comentou.

Informações dão conta ainda que Eliel participou ativamente do Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá do Estado, acompanhando e construindo a Proposta Pedagógica do Curso Normal em nível médio – Ára Verá. Foi um dos formandos da Primeira Turma em 2003 e a da Licenciatura Indígena – Teko Arandu, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2011.

CONT.



“Como consequência dessa luta, teve inúmeras oportunidades de viajar para vários estados do Brasil e países vizinhos participando de seminários, simpósios, fóruns, colóquios, cursos e palestras. O mesmo aproveitou de tudo para ampliar seus conhecimentos, refletir sobre sua prática pedagógica e entender melhor a realidade do seu povo”, disse a professora Anari.

Em 2012 o professor Eliel como é chamado carinhosamente passou na seleção do mestrado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, estando ainda concluindo a fase de pesquisa e elaboração de sua dissertação. “É bom frisar que Eliel acostumou ser sempre um dos primeiros em tudo que se propunha a fazer. Uma das grandes qualidades sua com certeza é a perseverança, fator preponderante que o fez superar gradativamente todas as dificuldades em sua vida”, alegou a professora.

Já o pai do professor Eliel, o seo Agripino Benites, ao ser questionado sobre esse feito disse: “Estou muito emocionado com o resultado do esforço do meu filho... Ele sempre buscou o melhor para ele e para seu ovo... Sou grato por tantas pessoas que esteve ao seu lado incentivando e contribuindo com a sua formação”. Nesse momento citou vários nomes e como primeiro da lista o do saudoso amigo professor Antonio Brand.

Para um grupo de professores indígenas e colegas de Eliel, essa é uma vitória não só do Eliel, mas sim dos professores Guarani/Kaiowá de MS. “Em meio a tantos conflitos e massacres vividos por nós, povos indígenas aqui no Estado, isso é uma resposta a quem disse na imprensa que: “até a educação oferecida a esse povo é inferior, para manter dependentes e manipulados por organizações e políticos”. “Temos orgulho de ter em nosso grupo uma pessoa como o Eliel! “Ele nos estimula a continuar nossos estudos e sonhar que através da educação podemos transformar a nossa vida e ajudar a melhorar a realidade do nosso povo”.

Conforme o chefe do Departamento de Esportes e Lazer, Paulo Roberto de Souza, um dos colegas de escola do professor Eliel na época do Ensino Fundamental nas séries finais, o novo funcionário da UFGD está desfrutando do que tem plantado. “Recordo-me como se fosse hoje, o mesmo era muito esforçado e dedicado. Havia na oportunidade uma competição sadia entre alguns alunos, para ver quem tirava as melhores notas e o Eliel era um deles. Outro detalhe importante é que naquela época o ensino na aldeia era para séries iniciais e pronto. E o Eliel com uma visão de futuro pegava carona e vinha para a cidade para continuar seus estudos”, disse.

“Sinto-me orgulhoso de ter tido esse privilégio de estudar com uma pessoa que enfrentou inúmeros problemas, inclusive preconceitos, mas mesmo assim não baixou a cabeça, e prosseguiu sua caminhada. Quantos que da nossa época, às vezes concluíram apenas o fundamental, ou no máximo um curso superior. Mas o Eliel foi mais além e hoje desfruta de uma posição de destaque. Só nos resta parabenizá-lo e esperar que essa lição seja de exemplo, não apenas para a comunidade indígena, mas sim para os chamados brancos”, finalizou Paulo Roberto de Souza.

Eliel Benites é casado com Maria Celina Cepre e pai de 4 filhos.